



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

EDUCAÇÃO NO CAMPO: HISTÓRIA, LUTAS E CONQUISTAS.

Mariana Lira Ibiapina
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
mariliraibiapina@hotmail.com

Mariana De Vasconcelos Neves
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
maryvascneves@hotmail.com

Dunga Camilo Moura
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
dunga.camilo@gmail.com

Antonio Wescla Vasconcelos Braga
Universidade Estadual Vale do Acaraú
Wescla-vasconcelos@hotmail.com

Professora Orientadora: Francisca Joelina Xavier
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
joelinaxavier@hotmail.com

Introdução:

A educação no campo e todo seu processo de desenvolvimento foram marcados pela luta dos movimentos sociais em busca de implantação e melhorias da infraestrutura das escolas no campo de forma geral. O processo de lutas e reivindicações contavam com forte participação da comunidade, que se organizaram em comissões e acampamentos buscando melhores condições através de doações e trabalhos coletivos. A adequação do currículo escolar através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), voltada para a realidade no e do campo foi considerada uma conquista, no entanto essas alterações vêm acontecendo ao longo do tempo, através de adaptações e adequações a vida rural e as regiões. É importante ressaltar que o poder público ainda é bastante falho no que se refere a investimentos de escolas do campo, optando por executar melhorias em escolas da cidade e nos transportes para deslocamento da população. Neste aspecto a mobilidade da educação do campo para a cidade torna-se uma problemática tendo em vista que a comunidade que se desloca rotineiramente sofre um déficit na sua identidade local. Visando um maior aprofundamento acerca do processo histórico e conquistas da educação no campo, o presente artigo objetivou discutir a incansável



luta dos movimentos sociais do campo entre o fim dos anos 70 e início dos anos 80 por uma escola e uma educação com foco na realidade local, isto é, do campo e para o campo. A metodologia utilizada reporta-se a revisão bibliográfica de cunho exploratório com embasamento teórico em: Ferreira (2011); Molina (2006) e Santos (2000; 2002).

Metodologia:

Esta pesquisa foi elaborada através de estudos e revisões bibliográficas de cunho exploratório acerca da História, lutas e conquistas da Educação no Campo, tendo seu referencial teórico em: Ferreira e Brandão (2011); Molina (2006) e Santos (2000; 2002).

Resultados e Discussão:

Contatou-se através das leituras e pesquisas bibliográficas que a luta dos Movimentos Sociais pela educação, surgiu principalmente através dos integrantes do Movimento dos Sem Terra – MST, partindo da preocupação dos mesmos em assegurar a escolarização de seus familiares. Nesse contexto FERREIRA E BRANDÃO (2011) afirmam:

A educação em assentamentos e acampamentos, desde o início do MST (2011), foi realizada de diferentes formas e de acordo com as possibilidades estruturais e conjunturais, pois não dispunham de infraestrutura mínima para ensinar nas escolas em barracos cobertos de lonas, com bancos de madeira ou sentadas no chão ou mesmo sob as sombras das árvores. (p. 11).

Contudo, apesar do descaso do governo, negando uma educação de qualidade ao MST, o processo educativo surgiu por meio de muitas lutas e reivindicações que contaram com grande participação da própria comunidade, organizada através de comissões dentro dos acampamentos onde se mobilizavam em prol da construção de barracos que funcionavam como escolas. Os integrantes dos acampamentos se encarregaram também em conseguir doações de materiais escolares e até mesmo na confecção de bancos e mesas improvisadas. A escolha dos professores era feita dentre as próprias famílias acampadas, ainda que os escolhidos não possuíssem qualificação necessária.



O próximo desafio estava na busca por professores formados que lecionassem nos acampamentos e na luta pela adequação do currículo escolar voltado para a realidade no e do campo, pois as práticas pedagógicas preparavam os alunos para um modelo de educação que se voltava totalmente para as práticas urbanas, sem a preocupação com a formação étnica do indivíduo.

Através dos estudos a respeito do contexto histórico da Educação no campo torna-se claro o descaso do governo para com esta modalidade de ensino tornando-a por muitos anos um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas. Fabiano de Jesus Ferreira e Elias Canuto Brandão em “Educação do campo: Um olhar histórico, uma realidade concreta” (2011), ressaltam o descaso do governo brasileiro na metade do século XX, quando o governo autorizou a criação dos colégios agrícolas:

“Os colégios criados foram instituições dentro das grandes propriedades rurais com objetivos de produzir uma mão de obra técnica e especializada de atendimento aos produtores rurais que se utilizavam do trabalho barato/gratuito dos estudantes para se enriquecerem. Na prática, ocorreu exploração da mão de obra de estudantes na produção agrícola, acobertados pela Constituição, pelo Estado e por outras formas legais. Se em pleno início do século XXI, com toda evolução nos transportes, o alunos das zonas rurais sofrem para chegar às escolas e estudar, imaginemos o transtorno e sofrimento nas décadas anteriores”. (p. 7 - 8).

As escolas Agrícolas aparecem então como suposta oportunidade de educação no campo, mas na verdade implementou o conhecimento técnico e especializado, voltado para o benefício dos próprios produtores rurais, que lucravam com a mão de obra barata dos estudantes.

O período militar também não contribuiu em nada com a valorização do campo, pelo contrario, o modo do Estado militar impediu mudanças sociais e políticas no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 traz em si a esperança de mudanças reais para a educação no campo quando afirma:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

Porém estas mudanças não ocorrem de fato. De acordo com FERREIRA e BRANDÃO (2011): Apesar de a LDB mencionar a oferta da educação básica para a



população rural, não é a mesma compreensão dos movimentos sociais e da academia científica em relação à educação do e no campo. (p. 10).

Ramofly Bicalho dos Santos, em seu artigo “Histórico da Educação do Campo no Brasil” (2000), relata que:

Historicamente percebemos que a criação do conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculada à educação “no” campo, descontextualizada, elitista e oferecida para uma minoria da população brasileira. Porém, na atual conjuntura, a educação “do” campo, estreita laços com inúmeros projetos democráticos que contribuem para o fortalecimento da educação popular. (p. 2).

A adequação do currículo escolar para esta modalidade era claramente necessária, tendo em vista que a educação deve estar conectada a realidade do meio onde o indivíduo está inserido, fazendo sentido a aprendizagem do mesmo, no entanto, o governo permanecia optando por executar melhorias em escolas da cidade e nos transportes para deslocamento da população do campo. A mobilidade da população do campo para a cidade promovia outra série de problemas, tendo em vista que a comunidade que se desloca rotineiramente sofre um déficit na sua identidade local.

Com base nos dados do censo populacional (IBGE, 2010), a população no campo é predominantemente urbana, mas é questionável o fato de milhares de municípios brasileiros serem de características rurais e a educação pública oferecida nesses municípios é na maioria uma educação elitista, ou seja, uma educação voltada para um ensino que não atendia a necessidade dos homens, mulheres e jovens que vivem e trabalham no campo.

É perceptível que a história da educação do campo foi marcada profundamente pelo abandono e descaso do poder público. Diante desta situação surgiram diversas iniciativas de movimentos sociais, sindicais e populares, construindo inúmeras experiências educativas de reflexão acerca da realidade e interesses dos povos do campo. São iniciativas que defendem o meio rural como espaço de diversidade cultural e identitária e, portanto, territórios que carecem de políticas direcionadas a essa realidade e não uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano.

Conclusão:

Ao estudar a história e o contexto da educação no campo torna-se inevitável não reconhecer que por muitos anos houve descaso com esta modalidade. Após longos



períodos de lutas surgem medidas emergenciais através de leis e da constituição, mas a efetivação destas propostas não acontece em boa parte dos territórios que deveriam ser beneficiados. Através da presente pesquisa e de leituras em obras dos autores aqui citados percebe-se que embora já se tenha implantado diversas melhorias com relação a educação no campo, a situação ainda está muito longe de uma real adequação. As medidas adotadas pelo Governo muitas vezes não contribui para a melhoria desta modalidade e o deslocamento da comunidade para as escolas nas grandes cidades permanece, aumentando os índices de êxodo rural e perda de identidade das pequenas comunidades.

Referencias:

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do Campo: Um Olhar Histórico, uma Realidade Concreta.** - Revista Eletrônica de Educação. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **Histórico da Educação do Campo no Brasil.** - Instituição de origem: UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
